



15211535



08020.004665/2020-18



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Coordenação de Gestão de Colegiados

Ata da 5ª REUNIÃO do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP

Aos trinta dias do mês de junho de 2021, às 10h16min, na Sala de Retrato do Ministério da Justiça e Segurança Pública, 4º andar, sala 404, Edifício Sede, em Brasília - DF, teve início a reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP. Estavam presentes: Anderson Gustavo Torres, Sr **Ministro da Justiça e Segurança Pública** e Presidente do Conselho; Márcio Nunes de Oliveira, **Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública** e Vice-presidente do Conselho; Antônio Ramirez Lorenzo, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública (na qualidade de convidado do MJSP); Carlos Renato Machado Paim, Secretário Nacional de Segurança Pública - **SENASP**; Cristiano Barbosa Sampaio, do Colégio Nacional dos Secretários de Segurança Pública - **CONSESP**; Ana Cristina Melo Santiago, Secretária de Gestão e Ensino em Segurança Pública - **SEGEN** (na condição de convidada); Braulio do Carmo Vieira de Melo, Secretário de Operações Integradas – Adjunto - **SEOPI**; Cairo Costa Duarte, Diretor-Executivo da **Polícia Federal**; Luiz Roberto Beggiora, Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas - **SENAD**; Jean Coelho, Diretor-Executivo da **Polícia Rodoviária Federal**; Tania Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional - **DEPEN**; Humberto Alves Campos, representante (suplente) da **Casa Civil** da Presidência da República; Márcio José Régis da Silva, representante (suplente) do Ministério da Defesa - **MD**; André Luciano Bittencourt Barbosa, representante (suplente) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - **GSI**; Fernando César Ferreira Pereira, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - **MMFDH**; Euller de Assis Chaves, do Conselho Nacional dos Comandantes Gerais - **CNCG**; Paulo José Barbosa de Souza, representando o Sr Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil - **SEDEC**; Marcos Egberto Brasil de Melo, do Conselho Nacional de Dirigentes de Polícia Científica - **CONDPC**; Leandro Antônio Soares Lima, do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária - **CONSEJ**; Anie Rampon Barretto, representante (suplente) do Conselho Nacional dos Chefes de Polícia Civil - **CONCPC**; Antonio Carlos de Castro Neves Tavares, representante (suplente) do Poder Judiciário - **CNJ**; Marcelo Weitzel Rabello de Souza, do Conselho Nacional do Ministério Público - **CNMP**; Rodolfo Queiroz Laterza, da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - **ADEPOL**; Maria José Silva Souza de Nápolis, do Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais - **CONDEGE**; Edgar Estevo da Silva, do Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares - **LIGABOM**; Carlos Alexandre Braga, do Conselho Nacional das Guardas Municipais - **CNGM**; Vinicius Mendes Lima, do **Instituto Besouro** de Fomento Social e Pesquisa; Ewerton da Silva Carvalho, da Entidade Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes - **EDUCAFRO**; Marlon Jorge Teza, da Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais - **FENEME**; Mário Luiz Sarrubbo, representante **indicado** de livre escolha e designação **do Sr Ministro**; Daniel Kluppel Carrara, **representante de notórios conhecimentos**; Eliane Aleixo Lustosa de Andrade, **representante de notórios conhecimentos**; Cristiane Podgurski, **representante de notórios conhecimentos**; Graciane Aparecida do Valle Lemos, **representante de notórios conhecimentos** e o Sr Agrício da Silva, Chefe de

Gabinete da SENASP e **Secretário Executivo do CNSP**. ABERTURA DA REUNIÃO: - às 10h16min, o Sr Ministro Anderson Torres deu início aos trabalhos cumprimentando a todos; falou da importância desta reunião, das principais preocupações, projetos, programas e entregas do Ministério em uma visão macro e conjunta das secretarias e setores que o compõem; - às 10h23min, o Sr Agrício da Silva, Secretário Executivo do CNSP falou sobre a pauta da reunião, bem como, submeteu a Ata da 4ª Reunião Ordinária do CNSP para aprovação dos membros - como não houve nenhuma objeção por parte dos membros, a Ata foi aprovada sem alterações; Em ato contínuo, o Sr Secretário Executivo do CNSP, também submeteu para aprovação de todos, as Atas da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Reuniões do CNSP, as quais, à época, não foram assinadas -como não houve objeções, foram devidamente aprovadas; - às 10h25min, seguindo a pauta da reunião, o Sr Secretário Executivo do CNSP, passou a palavra ao **Sr Fernando César** representante do **MMFDH**, que em seguida cumprimentou a todos e iniciou sua fala esclarecendo sobre os resultados exitosos do serviço de ouvidoria realizado pelo MMFDH, sobre o trato de denúncias envolvendo violações de Direitos Humanos; agradeceu a integração das demais secretarias com o MMFDH, em especial, da SEOPI que, conjuntamente com o MJSP tem apoiado essas ações de maneira “*in contesti*”, transmitindo a todos, inclusive, números e dados estatísticos que expressam o sucesso da operação; Na sequência, o **Sr Fernando César** representante do **MMFDH**, apresentou uma Minuta (proposta) de Resolução, tendo por objeto o estabelecimento de recomendação para realização de operações integradas e coordenadas pela SEOPI/MJSP, visando o enfrentamento de crimes cometidos em face de grupos vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, entre outros) com periodicidade anual, solicitando a todos do conselho, a aprovação da supracitada Resolução; - às 10h35min, passou-se a palavra a **Sra Anie Barretto do CONCPC**, que trouxe 2 (dois) assuntos para serem deliberados: **1)** Reforma Administrativa (PEC 32/2020), alterações no texto e novas definições para que se tenha maior Segurança Jurídica; e **2)** LGPD-Penal (Lei Geral de Proteção de Dados - Penal), nova análise no texto legal, para que a atuação do operador não fique “engessada”; - às 10h40min, passou-se a palavra ao **Sr Fuller Chaves do CNCG**, que explanou sobre 3 (três) assuntos para serem deliberados: **1)** Gestão do CNSP/MJSP junto ao Poder Legislativo no sentido de priorizar a tramitação do Projeto de Lei nº 4.363/01 (Lei Orgânica dos Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares); **2)** Inclusão de representação das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública – CGFNSP; **3)** Aprimoramento da metodologia de compartilhamento das informações entre as instituições que compõe o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social; - às 10h45min, o **Sr Ministro Anderson Torres**, em razão das questões trazidas pelo CNCG, agradeceu ao Sr Coronel Euller pelas considerações, se colocando à disposição do CNCG e, acrescentando inclusive, que gostaria de providenciar uma agenda com o Presidente do CNCG para tratarem mais de perto estas demandas; - às 10h47min, o **Sr Leandro Lima do CONSEJ**, apresentou a temática de interesse do Conselho que versa sobre a necessidade de haver a flexibilização da Lei Complementar 173/2020, a qual impede os estados de contratar profissionais para reposição de efetivo (novos cargos, liberação da contratação dos candidatos já aprovados em concursos, etc); - às 10h50min, o **Sr Carlos Braga do CNGM**, iniciou a sua fala, explanando sobre a capilaridade das Guardas Municipais que já estão presentes em 1178 (um mil cento e setenta e oito) cidades, aproveitando para solicitar ao CNSP a inclusão das Guardas Municipais na PEC 32/2020, que versa sobre a Reforma Administrativa que também foi pleiteada pelo CONCPC; agradeceu a elaboração e publicação pelo MJSP, do Guia Prático para as Guardas Municipais; em seguida, solicitou ao Sr Ministro da Justiça e Segurança Pública a inclusão das Guardas Municipais no Programa Casa Própria para policiais; - às 10h53min, o **Sr Ewerton Carvalho – EDUCAFRO**, que apresentou em sua fala, 4 (quatro) assuntos para serem deliberados: **1)** Tortura nas prisões praticadas por agentes de segurança prisional; **2)** Melhoria do controle, pela Polícia Federal, das atividades das empresas de segurança privada; **3)** Aumento da violência policial contra jovens negros em todo o Brasil; **4)** Tortura nos presídios do Estado do Amazonas; por fim, comentou sobre a importante ação realizada pelo Estado de São Paulo, mais precisamente, pelo Comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo, ao testarem câmeras filmadoras nos uniformes dos policiais militares de alguns batalhões de policiamento, relatando que tal medida traz segurança e legitimidade para todos (policias e população); - às 10h58min, o **Sr Secretário Executivo do CNSP, Sr Agrício da Silva**, findadas as falas dos conselheiros que haviam sugerido temas previamente, passou então, com a devida autorização do Sr Ministro, a palavra aos demais membros

do conselho, segundo o interesse de cada um; Neste sentido, - às 11h00min, o **Sr Cristiano Sampaio do CONSESP**, declarou o seu apoio ao tema proposto pelo Sr Fernando César representante do MMFDH (que apresentou uma Minuta de Resolução para realização de operações integradas e coordenadas pela SEOPI/MJSP, visando o enfrentamento de crimes cometidos em face de grupos de vulneráveis), sugerindo ainda à SEOPI, que seja criado um calendário nacional de operações para esta temática; - às 11h01min, o **Sr Antonio Tavares do CNJ**, fez uso da palavra e disse que a minuta de resolução proposta pelo representante do MMFDH é muito importante, acrescentando ainda que este normativo poderia trazer um melhor detalhamento dos bens jurídicos tutelados, a periodicidade das operações, além do que, estabelecer as diferenças entre operações locais e/ou nacionais; - às 11h07min, o **Sr Fernando César** representante do **MMFDH**, acrescentou que fizeram reuniões entre o MMFDH, o CNJ e o CNMP e que realizarão outras reuniões, contudo, precisavam de um “esboço” da resolução para dar início; disse ainda, que os órgãos do Poder Judiciário, terão as suas próprias resoluções, com as suas especificidades; Ainda durante a sua fala, solicitou que a referida aprovação do que apresentou, seja nesta reunião, pela urgência e importância da temática; - às 11h10min, o **Sr Cairo Duarte da Polícia Federal**, falou da importância da realização desta reunião, bem como, elogiou a SEOPI que já vem realizando essas operações e apoios; acrescentou por fim, que esta resolução submetida pelo MMFDH para aprovação, deva ser simples, para que assim, posteriormente, a SEOPI promova as futuras sugestões e ajustes que entender pertinentes; - às 11h13min, a **Srª Tania Fogaça do DEPEN**, cumprimentou a todos e iniciou a sua fala comentando das peculiaridades, matérias e atribuições relativas ao DEPEN; falou da importância que o DEPEN realiza no âmbito do sistema prisional e que, prevenir atos de violência na recuperação destas pessoas privadas de liberdade, é essencial; que ações contrárias ao normativo legal (como torturas no interior dos presídios, citadas pelo representante da EDUCAFRO), são veementemente intoleráveis e rechaçadas, inclusive, disse que todas as denúncias sobre torturas são apuradas no departamento - nesta oportunidade, a Drª Tania, acabou por convidar o Sr Ewerton (EDUCAFRO), para uma reunião e visita ao DEPEN; comentou ainda sobre investimentos que o Governo Federal vem realizando junto ao DEPEN, bem como, das iniciativas para geração de vagas, central de alternativas penais, convênios, remessa de recursos do FUPEN e regulamentação da carreira penal; encerrou a sua fala, reiterando que o MJSP investiu 50 milhões de reais para a saúde dos internos e ao combate à pandemia, como um grande esforço de cuidados com o público de internos do sistema prisional, sobretudo, ante ao cenário pandêmico; - às 11h19min, o **Sr Ministro Anderson Torres**, por não haver qualquer outra consideração e/ou objeções por parte dos membros do conselho referente à aprovação da resolução apresentada, **aprovou o referido normativo proposto pelo digno representante do MMFDH** (gn); Em ato contínuo, o Sr Ministro passou para as considerações sobre a 2ª pauta proposta na presente reunião, mais precisamente, o apresentado pela Sra Anie Barreto - CONCP, quais sejam: **1) Reforma Administrativa (PEC 32/2020)**, e **2) Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD-Penal**; Neste sentido, o próprio Ministro acrescentou que, referente à PEC 32/2020, disse ser um tema de importância, de interesse, e que está acompanhando de perto as discussões e tratativas sobre, e que até o momento, as discussões estão abertas, não definidas; que o MJSP está acompanhando a “par e passo”, que estão observando muito atentamente esta questão; Já, referente ao 2º tema, sobre a Lei Geral de Proteção de Dados, o **Sr Ministro passou a palavra ao Sr Márcio Nunes**, Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que esclareceu que houve a instituição de GT no MJSP para estudar e analisar o tema; que o grupo de trabalho está avançado na construção de uma proposta de minuta; que no momento, a minuta está sob análise da Secretaria Nacional de Justiça - SENAJUS, acrescentando ainda, que seria interessante que todos os membros do conselho encaminhassem ao MJSP, sugestões, críticas, recomendações e manifestações, para que possam ser analisadas nesta minuta; - às 11h22min, os conselheiros, **Sr Cristiano Sampaio do CONSESP**, e o **Sr Marcelo Weitzel do CNMP**, declararam seus apoios à questão da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD-Penal, para que a atuação do operador não fique “engessada”; - às 11h23min por questão de registro, a **Sra Anie Barreto do CONCP**, também manifestou o seu apoio à proposta de resolução trazida pelo representante do MMFDH, apesar da mesma já ter sido aprovada, quis consignar em ata seu apoio; - às 11h25min, o **Sr Ministro passou a palavra para a Sra Cristiane Podgurski, representante de notórios conhecimentos** (membro do MP), que em sua fala, cumprimentou a todos e se colocou à disposição do MJSP para contribuir no que preciso for; - às 11h26min, o **Sr Ministro Anderson Torres**,

falou sobre as considerações trazidas pelo Sr Coronel Euller Chaves do CNCG; **1)** Sobre a Lei Orgânica das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, acredita que tais pontos possam ser melhor debatidos dentro do MJSP, para que assim, após uma nova construção, levem algo mais robusto ao Congresso Nacional para apreciação; acredita que as instituições já avançaram e já possuem maturidade para apresentar uma proposta pronta; acredita também que este fórum é o local e momento adequado para se discutir temas desta complexidade, e que, o MJSP está muito imbuído desta responsabilidade, até porque, são questões estruturais; **2)** Referente ao segundo tema apresentado, sobre a inclusão de representação das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNSP (composição do Conselho do Fundo), o Sr Ministro disse que estão apreciando esta composição, que está sob análise interna e que será revista; lembrando que as representações são extremamente importantes mas, que não podem “inchar” essa estrutura e, de repente, perder o foco; **3)** quanto ao último ponto a ser analisado, Aprimoramento da Metodologia de compartilhamento das informações entre as instituições que compõe o Sistema de Segurança Pública e Defesa Social, o Sr Ministro relatou que tal temática é muito importante e que o MJSP está se desenvolvendo e integrando as inteligências, para termos um sistema confiável e de acesso de todos; - às 11h31min, o **Sr Ministro Anderson Torres**, passou para as considerações sobre a proposta apresentada pelo **Sr Leandro Lima do CONSEJ**, que apresentou a temática de interesse do Conselho sobre a necessidade de haver a flexibilização da Lei Complementar 173/2020, a qual impede os estados em contratarem profissionais para reposição de efetivo; neste ponto o **Sr Ministro disse** que, apesar de não ter participado “in loco” destas tratativas, tem observado que os estados vem remediando tal deficiência (necessidade), ao menos, conseguindo repor alguns cargos por meio da vacância, uma vez que, novas contratações e novas despesas, se tornam mais difíceis por razões de gastos e orçamentos; disse ainda, que na medida do possível, o MJSP, assim como podem ocorrer com outros temas relevantes como saúde, educação, tentarão discutir e olhar mais de perto; - às 11h34min, o **Sr Leandro Lima do CONSEJ**, acrescentou que para completar esses claros, a vacância é o único remédio que há no momento, contudo, não atende a necessidade existente; completou a sua fala, acrescentando que a flexibilização da Lei Complementar 173/2020, para contratar profissionais para reposição de efetivo, é de suma necessidade e importância; - às 11h36 min, o **Sr Ministro Anderson Torres**, disse que irá levar adiante este tema, que reconhece a relevância dele, pois, a questão penitenciária é algo muito próximo e afeto às questões de segurança pública; - às 11h37min, o **Sr Ministro Anderson Torres**, passou às considerações referente ao tema apresentado pelo Sr representante do CNGM, Sr Carlos Braga, qual seja, do Programa casa própria para policiais, também abarcar os Guardas Municipais; o Sr Ministro relatou que em breve, o Governo Federal terá um posicionamento sobre a questão; que entende a relevância, e que, o cenário é muito positivo para as Guardas Municipais; solicitou que o CNCG, aguarde; - às 11h38 min, o **Sr Ministro Anderson Torres**, passou às considerações referentes aos temas apresentados pelo **Sr Ewerton Carvalho - EDUCAFRO**; nesse sentido, no que tange aos temas de, “possíveis torturas” havidas nas prisões e praticadas por agentes de segurança prisional (citando inclusive os presídios do Estado do Amazonas), o Sr Ministro relatou que acredita que estas questões já foram devidamente respondidas pela Srª Tania Fogaça do DEPEN; quanto ao tema de melhoria do controle, pela Polícia Federal, das atividades realizadas nas empresas de segurança privada, passou a palavra ao **Sr Cairo Duarte da Polícia Federal**, que agradeceu as falas do Sr Ewerton Carvalho e esclareceu que, o controle é realizado, estão atentos a esta demanda e que a Polícia Federal vem realizando reuniões com o Ministério Público para tratar mais de perto e pontualmente destas questões; acrescentou ainda, que em breve, a PF publicará um normativo (para orientação) sobre tema tão caro e importante à segurança pública, que são as atividades realizadas nas empresas de segurança privada; por fim, completando as considerações trazidas pelo Sr Ewerton Carvalho - EDUCAFRO, o Sr Ministro pontuou que o Ministério da Justiça e Segurança Pública, está atento e trabalhando para melhorar os procedimentos relativos a esta temática; que estão diligentes e preocupados; - às 11h42 min, o **Sr Carlos Paim - SENASP**, fez uso da palavra, cumprimentou a todos, falou da relevância dos temas trazidos e, colocou a Senasp e as suas diretorias, à disposição de todos os membros e entidades/órgãos que compõem o CNSP; - às 11h43 min, o **Sr Bráulio Melo, Secretário - Adjunto - SEOPI**, disse que reconhece a importância dos temas trazidos, da relevante necessidade de integrar todas as forças de segurança, bem como, as ferramentas e banco de dados existentes; - às

11h44 min, o **Sr Luiz Beggiora - SENAD**, cumprimentou a todos, falou da importante gestão de ativos que o MJSP vem realizando com a SENAD, oriundos de bens apreendidos do crime organizado e leiloados a favor da União e políticas públicas estruturantes existentes; reiterou a importância destas ações, inclusive, apresentando números expressivos de gestão nesta seara, além de reafirmar que, leilões e gestão de ativos, reverberam muito positivamente no combate ao crime organizado e lavagem de dinheiro; apresentou por fim, relato de que a SENAD vem atuando muito intensamente no estabelecimento de parcerias, capacitações e avanços normativos em se tratando de gestão de ativos, citando ainda o “Projeto Tô de Boa” – novo projeto de política pública da SENAD, um trabalho orientado de desenvolvimento econômico e biopsicossocial; - às 11h48 min, o **Sr Jean Coelho, Diretor-Executivo da Polícia Rodoviária Federal**, cumprimentou a todos, falou sobre a relevância dos assuntos tratados na presente reunião, acrescentando que a PRF está à disposição de todos para melhorar, ainda mais, a integração entre as forças de segurança; - às 11h51 min, **a Srª Ana Santiago, SEGEN**, na condição de convidada do referido CNSP, agradeceu o convite ao Sr Ministro e se colocou à disposição de todos; falou da importante missão da SEGEN em capacitar e instruir os operadores e gestores de segurança pública, assim como, aos entes da Federação; - às 11h54 min, **o Sr Coronel Edgar Estevo da Silva, da LIGABOM**, falou ao Sr Ministro que, aos moldes do que foi proposto pela Srª Anie Barreto, do CONCP, ratificou a importância da PEC 32/2020; em seguida, reiterou a relevância de uma Lei Orgânica para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, além da fundamental necessidade em ter policiais militares e/ou bombeiros militares na composição do CGFNSP; agradeceu o Sr Ministro, pela recente nomeação, na função de Secretário-Adjunto da Senasp, do Sr Tenente Coronel Juruébi de Oliveira, Bombeiro Militar da reserva remunerada do DF; por fim, na condição de Presidente da LIGABOM, se colocou à disposição do MJSP para atuação no combate a incêndios em todo o território brasileiro; - às 12h00 min, **o Sr Marcelo Weitzel do CNMP**, cumprimentou a todos, elogiou a integração na segurança pública, colocando o CNMP à disposição do MJSP; ao fim da sua fala, convidou o Sr Ewerton Carvalho da EDUCAFRO, para uma visita junto ao Conselho Nacional do Ministério Público; - às 12h03 min, **o Sr Vinícius Mendes Lima, do Instituto Besouro**, cumprimentou a todos e acabou por lembrar ao CNSP, sobre a proposta apresentada por ele mesmo aos membros do conselho, por ocasião da 4ª reunião do CNSP havida em 04/07/2019, sobre a instituição de um Grupo de Trabalho para tratar da temática: “Remição de Pena através da leitura”; - às 12h04 min, o **Sr Ministro Anderson Torres**, passou a palavra ao Sr Secretário-Executivo do CNSP, Sr Agrício da Silva, que, após breve consulta aos apontamentos da última reunião, esclareceu ao Sr Vinícius Lima, que a temática estava sob análise do DEPEN (antigo Diretor) e que, em razão do cenário pandêmico e de mudanças de gestores da pasta, não foi criado o grupo de trabalho (porém, houve o registro SEI); esclareceu ainda, que por determinação do Sr Ministro, a temática seria novamente apreciada, encaminhada a quem de direito (nova gestora do DEPEN), para conhecimento e criação do respectivo Grupo de Trabalho; - às 12h07 min, o **Sr Marcos Egberto, do CONDPC**, fez uso da palavra, manifestando sua alegria e satisfação, em ter à frente do MJSP, um Ministro oriundo de uma carreira policial; em seguida, apresentou dois temas; o **1º**, solicitou apoio do MJSP, quanto as questões normativas que envolvem a coleta de material genético (Lei Anti-crime) - que realizasse um acompanhamento dessa temática, pois, tais coletas, são de extrema significância para o trabalho da perícia; o **2º** tópico, diz respeito ao SINAB, solicitou ao MJSP que faça gestão junto ao Governo Federal, para que seja adquirido e ofertado mais recursos, para que mais estados sejam contemplados com a compra de uma estação de Scanner Balístico (e não apenas, 5 estados conforme foi realizado por meio de Ata de Registro e Preço, em virtude do Programa Em frente, Brasil); reiterou que tal providência, será muito importante ao sistema de persecução penal, aumentando bastante a resolutividade dos delitos; - às 12h10 min, o **Sr Daniel Kluppel Carrara, representante de notórios conhecimentos do CNSP** e membro da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, inicialmente agradeceu ao MJSP pelo trabalho e esforço; relatou que a CNA vem se preocupando e melhorando procedimentos de rastreabilidade na segurança do campo (quanto aos maquinários agrícolas), seus registros e identificação dos equipamentos; outra iniciativa que a CNA vem realizando conjuntamente com o Ministério da Agricultura, diz respeito à rastreabilidade bovina, referindo-se ao registros dos bezerros (novos nascimentos – certidão de nascimento); acrescentou que a CNA vem se preocupando também quanto aos registros de defensivos agrícolas (identificação das embalagens com QR Code e/ou código de barras), o que facilitaria a

recuperação e identificação destes produtos furtados ou contrabandeados; encerrou a sua fala, apresentando a dificuldade de conectividade e comunicação no campo; que se trata de um problema sério, que inclusive, impacta as próprias forças de segurança; solicitou apoio ao MJSP para que se busque (em conjunto com o MAPA e CNA), uma solução nacional a esse problema (da conectividade); - às 12h15 min, o **Sr Ministro Anderson Torres**, em razão das considerações referentes aos temas apresentados pelo Sr Daniel Carrara, passou a palavra ao **Sr Carlos Paim - SENASP**; neste sentido, o Sr Secretário Nacional de Segurança Pública falou da pertinência e expressividade que o tema representa à segurança pública; acrescentou que a SENASP está atenta e preocupada com projetos/políticas/programas e iniciativas que melhorem tal mister, inclusive, se colocando à disposição para agendar uma visita do Sr Daniel Carrara e equipe de especialistas da CNA, junto ao MJSP/SENASP, para que sentem e busquem um diagnóstico e oportunidades de melhoria; - às 12h17min, o **Sr Cristiano Sampaio do CONSESP**, solicitou novamente a palavra para esclarecer ao Sr Bráulio Melo, Secretário - Adjunto - SEOPI, que, ter um calendário de Operações pela Secretaria de Operações Integradas, vai exatamente ao encontro do proposto pelo Sr Fernando César, representante do MMFDH, conforme foi submetido à apreciação nesta reunião; - às 12h20min, o **Sr Ministro Anderson Torres**, agradeceu a presença de todos, reiterou a relevância dos temas trazidos e discutidos neste Conselho; por fim, reafirmou o compromisso de estar o MJSP à disposição de todos para sempre discutirem e tratarem de temas tão caros, quanto o é, a Segurança Pública; finalizou a reunião com outro agradecimento a todos que compareceram naquela manhã. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às 12h22min. Para constar, eu, Fábio da Veiga Cabral, Servidor Mobilizado na Coordenação de Gestão de Colegiados - CGCOL, lavrei a presente ata, que será devidamente assinada.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio da Veiga Cabral, Servidor(a) Mobilizado(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 08/04/2022, às 15:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Agrício da Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 08/04/2022, às 16:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **15211535** e o código CRC **2C7635EC**.
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.